

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.928 - RJ (2019/0244683-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : VIAÇÃO UNIÃO LTDA
ADVOGADOS : FÁBIO LIRA DA SILVA - RJ115211
ALAN DO CARMO CARREIRO - RJ183363
AGRAVADO : LUCIA VERA DA SILVA MENEZES
ADVOGADOS : DARLAN CASSIANO DE ALMEIDA - RJ128213
SÉRGIO CÍCERO DE MIRANDA JUNIOR - RJ131271

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por VIAÇÃO UNIÃO LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE COM PASSAGEIRO NO COLETIVO. AGRAVO RETIDO. PROVA ORAL INDEFERIDA. ACERTO DA DECISÃO EIS QUE A MESMA É IRRELEVANTE PARA O DESLINDE DA CONTROVÉRSIA, CONTENDO OS AUTOS ELEMENTOS SUFICIENTES PARA CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. RÉU QUE ALEGA AUSENCIA DE CULPA DO PREPOSTO EIS QUE SE ENCONTRAVA EM BAIXA VELOCIDADE E CULPA DA VÍTIMA QUE SE ENCONTRAVA EM PÉ NO MOMENTO DO ACIDENTE. AUSENCIA DE PROVA MÍNIMA A SUSTENTAR A VERSÃO DO RÉU. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR QUE DISPENSA A ANÁLISE DA CULPA PARA SUA CONFIGURAÇÃO. PERÍCIA TÉCNICA QUE ATESTA NEXO POSITIVO ENTRE AS LESÕES SOFRIDAS PELA AUTORA, FRATURA VERTEBRAL T12 E L1 COM SEQUELAS, E O ACIDENTE. DANO MATERIAL COMPROVADO. REDUÇÃO DO DANO MORAL DE R\$ 15.000,00 PARA R\$ 10.000,00, TENDO EM VISTA AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO E OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO DO AGRAVO RETIDO. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO" (fl. 282, e-STJ).

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 306, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente alega que houve violação do arts. 331, I, do Código de Processo Civil de 1973, "(...) tendo em vista a excludente de responsabilidade, consubstanciada na culpa exclusiva da vítima, haja vista que a mesma estava de pé, transitando no interior do coletivo, sem que o mesmo tivesse efetuado a parada para desembarque" (fl. 324, e-STJ). Aduz, ainda, que os arts. 944 do Código Civil e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 foram afrontados.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Sem contraminuta (fl. 390, e-STJ).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente, observa-se que o tribunal local indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Ademais, quanto à alegada culpa exclusiva da vítima, o tribunal estadual assim concluiu seu julgado:

"(...)

Não há nos autos nenhuma prova que sustente a versão do réu, sendo a hipótese de culpa exclusiva da vítima ventilada tão somente em grau de apelação.

O policial plantonista do Hospital Souza Aguiar foi ouvido como testemunha, index 177, afirmando que não se recorda do acidente, tendo vaga lembrança de que a autora tinha estado no Hospital Souza Aguiar no dia de seu plantão, se recordando que o motivo da mesma estar lá foi algo envolvendo acidente de trânsito.

A testemunha Leonardo Amorim, que trabalhava para empresa ré na época dos fatos, sendo o motorista do coletivo que levava a autora, index 179, afirmou em seu depoimento: ' que a Rodrigues Alves estava muito engarrafada no horário do acidente; que uma senhora gritou de dor; que perguntou o que tinha ocorrido e os passageiros informaram que não tinha ninguém caído; que prestou socorro; que levou para o Souza Aguiar; que a senhora estava caída no chão reclamando de dor nas costas...que lhe disseram que ela tinha batido as costas no braço do banco...que não tinham passageiros em pé no dia dos eventos.'

Assim restou comprovado o fato e o nexo causal, restando a análise do dano.

A perícia médica a que se submeteu a autora, index 118, concluiu pelo nexo positivo para as lesões apresentadas pelo autor, tendo a autora sofrido fratura vertebral de T12 e L1, tendo evoluído com sequelas, quais sejam: restrição na coluna vertebral e dor crônica.

Comprovado o dano pela perícia, a autora tem direito aos danos materiais, tais como gastos médicos e exames, desde que devidamente comprovados e conexo às lesões" (fls. 286-287, e-STJ - grifou-se).

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

